

ARTICULAÇÕES E ESCALAS TERRITORIAIS: LEITURAS, CASOS E APLICAÇÕES

George Alexandre Ferreira Dantas
PPGAU/UFRN | george.dantas.af@ufrn.br

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva
PPEUR/UFRN | alexsandro.silva@ufrn.br

Resumo geral: Justaposto ao debate polissêmico sobre o território, encontra-se a chamada “questão escalar” cuja presença no debate teórico, em estudos de casos e aplicações de Políticas Territoriais tornou imperativo novos olhares sobre conceitos, usos (em pesquisas) e na crítica dos instrumentos de gestão das espacialidades. Nesse sentido, discutir territorialidades e suas “políticas escalares” constitui um esforço analítico, maior do que a mera descrição física do território, somando contribuições múltiplas no tempo e no espaço. A urgência em responder às diferentes crises (ambiental, financeira, política etc.) “empurra” a lógica política a um pragmatismo de curto prazo, impedindo uma perspectiva crítica de longo prazo. Como reação a isso, insurge recolocarmos conceitos, políticas e projetos físico-territoriais e modelos de governança não como itens à parte do debate, mas, e especialmente, articuladas em uma matriz escalar reveladora dos múltiplos efeitos destas crises sobre as decisões tomadas no tempo (curto, médio e longo) e na fragmentação do urbano, do regional e mesmo do global. Como acompanhar o fluxo deste debate contemporâneo sem, contudo, pré-definir um único modo crítico?

A razão de o Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU, rede de pesquisadores nacionais estruturada desde o ENANPUR de 2019 e cadastrada no CNPq) reunir os trabalhos nesta Sessão Livre é uma tentativa de pensarmos essas questões, discutindo conceitos, casos e políticas do território de modo a continuar um debate sobre formas de leitura e análise de uma espacialidade que não se restringe a um quadro fixo, mas, ao contrário, como construção social vivida.

O primeiro trabalho propõe uma interpretação desses temas a partir de uma abordagem de revisão bibliográfica teórica, recolocando e tensionando o território como um conceito que carrega diversos sentidos e significados, desde clássicos dos anos 1970 até perspectivas mais recentes, tanto do ponto de vista metodológico quanto do contexto latino-americano. O segundo trabalho nos apresenta o caso de Serra do Navio, no Amapá, como lócus privilegiado

para discutir escalas de governança e de definição territorial para um núcleo urbano atravessado pelos tempos e pelas lógicas e narrativas das disputas ambientais e dilemas do patrimônio (que incorpora ainda a dimensão específica dos temas da arquitetura e do urbanismo modernos) numa Amazônia imersa no contexto urgente de mudanças climáticas e de (novas) pressões de exploração. Ao fim e ao cabo, discute também como essas múltiplas dimensões implicam na escala do cotidiano.

Os próximos dois trabalhos pensam os desafios da governança discutindo casos em que políticas e projetos são – ou deveriam ser – necessariamente interescolares, ultrapassando o urbano e o município como unidade na necessidade de articulação e governança. O terceiro trabalho discute, assim, o ambicioso Projeto Reconecta, cujo Termo de Cooperação, assinado em 2017, busca estabelecer conexões ecológicas entre as porções (de características morfológicas diversas) da cobertura vegetal dos vinte municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas, São Paulo. Diante deste desafio, o sistema de governança atual, que não contempla institucionalmente essas várias dimensões e escalas, é insuficiente e lacunar. Desafio similar (em relação à necessidade de uma governança institucional interescolar) se coloca no quarto trabalho desta Sessão, que discute a criação de polos turísticos e dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo para vários municípios do Alto Oeste Potiguar (mais especificamente, Martins Encanto e Portalegre), cuja análise dos potenciais paisagísticos do turismo e as correlações com os aspectos sociais, econômicos e infraestruturais precisam ser compreendidos como um sistema intrarregional.

O problema das escalas atravessa assim esse conjunto de trabalhos, conformando uma questão que tem se imposto nas atividades de ensino, pesquisa e de projetos de extensão desses pesquisadores. Questão que tem implicações historiográficas e teóricas para discutirmos os processos de formação das várias escalas do território brasileiro e os projetos e políticas inseridos no debate contemporâneo.

PERCEPÇÕES DO TERRITÓRIO: INTERPRETAÇÕES POSSÍVEIS E A ATUALIDADE DO TEMA

Jeferson Tavares

IAUUSP | jctavares@usp.br

A presente comunicação tem um caráter teórico e interpretativo de sumarizar algumas das atuais percepções sobre o termo Território à luz da realidade brasileira. Justifica-se pela transitoriedade do seu significado ao longo das décadas que parece acompanhar (ora influenciar, ora ser influenciado) pelos movimentos de políticas públicas, movimentos sociais, críticas e práticas. Sem perder o foco do debate interescolar que pressupõe a compreensão do termo Território, o objetivo é investigar as disputas que sustentam essas diferentes interpretações. Parte-se da definição clássica de Gottmann (1975) que compreende o território como um recorte do espaço geográfico que está sob um determinado controle

político-administrativo. Nesse caso, território é uma forte evidência das percepções que, ainda naquele momento, baseavam-se na ideia de Estado-nação como importante referência geopolítica. No contexto latino-americano, Gorenstein (2015) apresenta o território pelas forças e atores sociais como uma nova construção social, mas também de lugares dominados por políticas endógenas neoliberais. Objetivamente, Raffestein (2015) define território como aquilo produzido socialmente pelo trabalho do homem, e Saquet (2015) difere seu significado por três elementos: a multidimensionalidade das relações de poder, o foco nas identidades construídas historicamente, e pelos movimentos de des-re-territorialização. Claval (2012) demonstra como o território assume a essencialidade das relações espaciais pelos aspectos da natureza, cultura e experiências coletivas. De forma metodológica, Brenner, Jessop e Jones (2018) consideram o território como dimensão espacial para a interpretação da realidade, junto de outras três categorias (lugar, escala e rede). Por fim, Haesbaert (2007, 2015, 2020, 2023) transita entre uma definição de território pelas relações espacializadas do poder, de dominação funcional e apropriação simbólica, à uma multiplicidade de acepções abstratas e – pode-se dizer – contraditórias de empresariamento ou milicianas, corporais relacionadas a resistências e à terra relacionadas à ancestralidade. Esse breve panorama (que requer aprofundamento e diálogos com inúmeros outros autores) possibilita demonstrar os significados que encontram paralelos na interpretação das práticas de políticas públicas que passaram a observar o território como um fragmento (muitas vezes abstrato) determinado por valores locais, comunitários; sob gestão e governanças específicas; submetidos a forças hegemônicas ou contra elas. E tem sido assimilado pelo mainstream global, instrumentalizado pelas leituras internacionais da urbanização e disputado por comunidades locais interioranas. Fato que não pode ser desprezado frente a uma diversidade de formas de (re)organizações do espaço em diferentes escalas.

TEMPORALIDADES, GOVERNANÇA E TERRITÓRIO: PERCEPÇÕES ESCALARES A PARTIR DE SERRA DO NAVIO - AP

Ricardo Trevisan

FAU-UnB | trevisan@unb.br

Serra do Navio, no interior do Amapá, é uma cidade nova, planejada nos anos 1950 para apoiar a exploração mineral pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI). Obra do arquiteto Arthur Oswaldo Bratke, que adaptou os princípios modernistas ao contexto amazônico, a cidade possui um valioso conjunto arquitetônico e urbanístico, sendo tombada como Patrimônio Cultural Brasileiro em 2010 pelo IPHAN. Contudo, além desse legado, Serra do Navio oferece um campo fértil para refletir sobre as escalas de governança, de território e seus impactos ao longo do tempo. Como diferentes níveis de gestão moldaram a cidade? E como a administração atual influencia sua realidade cotidiana?

A cidade surgiu em um contexto de modernização nacional e geopolítica da Guerra Fria. A ICOMI, associada a estadunidense *Bethlehem Steel Corporation*, impulsionou a economia local, com a criação de empregos e infraestrutura, como vilas residenciais (Serra do Navio e Vila Amazonas), uma estrada de ferro e a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes. No entanto, essa dinâmica gerou dependência da mineração e tensões sociais, como as condições de trabalho, o isolamento e o acultramento de seus habitantes. Ademais, a concessão da mina à ICOMI, favorecendo interesses privados e estrangeiros, reflete a relação complexa entre governo federal, empresa e território.

Após encerramento das atividades exploratórios da ICOMI na década de 1990, Serra do Navio foi emancipada, e novos níveis de governança passaram a atuar na cidade. Hoje, a gestão local é realizada pela Prefeitura, enquanto, em nível estadual, parte do município integra a Unidade de Conservação Floresta Estadual do Amapá (Flota), e, em nível nacional, suas divisas incorporam o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (sob a gestão do ICMBio) e o conjunto tombado pelo IPHAN. Essa sobreposição de escalas de governança exige uma gestão mais integrada, pois a falta de compreensão sobre esses níveis contribui, atualmente, para o colapso socioambiental da cidade e a perda de sua memória histórica.

Portanto, a leitura de Serra do Navio, considerando as múltiplas escalas de tempo, governança e território, oferece uma perspectiva sobre os desafios da exploração de recursos naturais e seus efeitos. Essa reflexão é essencial para pensar um futuro mais justo e equilibrado para a Amazônia.

REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA PARA O PROJETO RECONECTA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

Sidney Piocchi Bernardini
UNICAMP | spiochi@unicamp.br

Esta Comunicação tem por objetivo desenvolver uma reflexão crítica acerca do sistema de governança proposto no âmbito do Projeto Reconnecta à luz da literatura que discute os seus impasses nos processos de planejamento territorial, especialmente nos países do sul global. O Projeto Reconnecta, instituído pelos 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas através de um Termo de Cooperação assinado em 2017, busca estabelecer uma proposta de conectividade ecológica entre os fragmentos de cobertura vegetal ainda existentes na Região com vistas a promover a conservação da biodiversidade, a manutenção dos processos ecológicos, a oferta de serviços ecossistêmicos e a recuperação da paisagem natural. Trata-se de um projeto ambicioso que envolveu vários processos de colaboração para a sua formulação, com origem no município de Campinas, após a conclusão do Plano Municipal de Áreas Verdes. Além de outras parcerias, contou com o apoio do projeto INTERACT-Bio, estabelecido pelo ICLEI (Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais) da América

Latina. Em 2018, a área de conectividade proposta pelo Projeto foi reconhecida como Área Estratégica para a Ação Metropolitana nas propostas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) desenvolvido para a RMC, ainda em tramitação na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Através de um Plano de Ação desenvolvido em 2021, o projeto estabelece um sistema de governança, coordenado pelo governo do estado de São Paulo, na figura da AGENCAMP (Agência Metropolitana de Campinas) que busca articular os diversos agentes envolvidos na implementação das ações propostas, em especial, os 20 municípios signatários do Termo de Cooperação. Passados alguns anos da sua instituição foi possível constatar, entretanto, que o projeto teve poucos avanços em relação ao que foi planejado. Partindo do princípio de que este Projeto se insere no conceito de governança interfederativa, conforme estabelecido no Estatuto da Metrópole, Lei Federal 13089/2015, esta reflexão lança a hipótese de que, por ser um sistema complexo, deverá ir além dos instrumentos e das estruturas formais já existentes, devendo buscar soluções criativas e alternativas aos modelos já conhecidos. Ao assumir que o sistema de governança no Projeto Reconecta deve ter um caráter interescalar, reunindo atores com diversos alcances territoriais, pretende-se discutir as deficiências, falhas e lacunas presentes no seu sistema de governança atual compreendendo-se as razões pelas quais é tão difícil implementar ações planejadas no Brasil.

POTENCIAIS PAISAGÍSTICOS COMO NORTEADORES DO SISTEMA INTRARREGIONAL DE TURÍSTICO NA REDE DE CIDADES DO OESTE POTIGUAR: O CASO DA CIDADE DE ENCANTO/RN

Tamms Maria da Conceição Campos
UFERSA | tamms.morais@ufersa.edu.br

O presente artigo possui o propósito de discutir à luz do fortalecimento do turismo da cidade de Encanto - RN. Desse modo, faz-se imprescindível a análise dos potenciais paisagísticos como norteadores do turismo e a investigação de aspectos sociais, econômicos e políticos que emolduram essa problemática, bem como seus panoramas físicos e territoriais. Partindo desse viés, a pesquisa possui caráter exploratório, com construção de referencial teórico-metodológico e análises socioespaciais que neste primeiro momento se limita a cidade de Encanto, mas conjectura parte da rede urbana em formação que está presente no Oeste Potiguar, sendo composta por 12 municípios: Pau dos Ferros, Doutor Severiano, Água Nova, Riacho de Santana, José da Penha, Rafael Fernandes, Martins, Portalegre, Lucrécia, Frutuoso Gomes e toda sua funcionalidade. A pesquisa é um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado "Redes Urbanas Interiorizadas do Semiárido Potiguar: urbanizações, processos e formas da reestruturação territorial das cidades pequenas e médias", desenvolvido pelo

Grupo de Pesquisa em Urbanização, Políticas e Projetos Físico-Territoriais (GPUR) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)/RN que também faz parte das discussões do Grupo Laboratório de Experiências Urbanas (LEU). Atualmente, Encanto faz parte do sistema de infraestrutura turística dessa rede de pequenos municípios, a partir do seu caráter de potencial cênico-paisagístico e atrativo turístico, o Mirante e Santuário São João Batista. Este, atualmente, se configura como o grande polo de destaque do turismo dessa rede, unindo interesses tanto paisagísticos quanto religiosos, ao proporcionar amplo visual da região e abrigar a maior escadaria religiosa do Rio Grande do Norte, com 809 degraus (LEITE, 2015) e 375 metros de altitude. Segundo Berto (2020), com a criação dos polos turísticos e de seus respectivos PDTIS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - houve uma expansão do turismo pelo interior do estado, porém, ao levar em consideração indicadores relacionados ao setor hoteleiro, como os meios de hospedagem, demonstrou a tentativa falha, devido a concentração, sobretudo, no município de Natal. Portanto, a reflexão acerca dos potenciais turísticos no interior do estado, sobretudo no Encanto, microrregião do Alto Oeste Potiguar, é importante para entender como a atividade turística se desenvolve, considerando as especificidades e complexidades da região interiorana, tida como um setor de potencial expansão e crescimento.

REFERÊNCIAS

- BRENNER, N., JESSOP, B., JONES, M. Teorizando as relações socioespaciais. In N. BRENNER. **Espaços da Urbanização. O urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles. 2018.
- CLAVAL, P. Espaço e território: as bifurcações da ciência regional. **Espaço e Economia** [Online], 1, 2012.
- GORENSTEIN, S. Transformaciones territoriales contemporáneas. Desafíos del pensamiento latino-americano. **Eure**, 41(122), 4-26, 2015.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, 2(3), 523-545. (Tradução de Isabela Fajardo e Luciano Duarte e revisão de Fabricio Gallo. Publicado originalmente em *Social Science Information*, 14(3), 29-47, 2012, 1975.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, 17, 19-46, 2007.
- HAESBAERT, R. Dilema de conceitos. Espaço-território e contenção territorial. In M. A. SAQUET & E. S. SPOSITO (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequencia Editora. 2015.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, 22(48), 75-90, 2020.
- HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, 25(55), 1-7, 2023.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In M. A. SAQUET & E. S. SPOSITO (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequencia Editora. 2015.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In M. A. SAQUET & E. S. SPOSITO, (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequencia Editora. 2015.